



Bem-vindo

Atualidade

Brasil deve baixar taxa de juros em um ponto, a 9,25% (analistas)



AFP/Arquivos / VANDERLEI ALMEIDA

O Banco Central (BC) vai reduzir nesta quarta-feira sua taxa básica de juros em um ponto percentual, a 9,25%, deixando-a abaixo de 10% pela primeira vez desde outubro de 2013

O Banco Central (BC) vai reduzir nesta quarta-feira sua taxa básica de juros em um ponto percentual, a 9,25%, deixando-a abaixo de 10% pela primeira vez desde outubro de 2013, estimam especialistas.

A previsão não se alterou, apesar do recente aumento de impostos sobre os combustíveis, que vai impactar a inflação em 2017, mas sem superar o centro da meta estipulado pela instituição financeira, de 4,5%.

Os operadores, contudo, interromperam uma sequência de sete semanas de redução da sua estimativa de inflação (índice IPCA) em 2017, elevando-a de 3,29% para 3,33%, como indica o último informe Focus de expectativas do mercado. Para 2018, a projeção não se alterou, a 4,20%.

A pesquisa faz a mudança sem alterar, contudo, a estimativa média de que a taxa Selic cairá para 8% ao fim do ano.

Após as fortes altas de preços de 2015 (+10,67%) e de 2016 (+6,20%), a rápida queda da inflação (são +3% no acumulado de 12 meses até junho) poderia estimular o BC a acelerar os cortes da Selic, que em outubro passado chegava a 14,25%. Em junho, os preços caíram 0,23% em relação a maio, a primeira deflação mensal do país desde 2006.

Os setores industriais reclamam dos cortes na Selic a fim de incentivar o investimento e o consumo no país que está começando a sair da recessão. Mas a instituição emissora já indicou que o ritmo pode ser reduzido devido às dúvidas acerca da capacidade do presidente Michel Temer de tocar sua reforma da previdência.

"Tem espaço" para pelo menos mais dois recortes de um ponto percentual da Selic, mas o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC deve se contentar, em sua próxima reunião, em setembro, com um corte "de 0,75 ponto", disse **Alex Agostini, da consultoria Austin Rating**.

- Arrecadação reduzida -

Temer liberou verbas para projetos parlamentares nos últimos meses, segundo seus críticos a fim de garantir o apoio do Congresso que, em agosto, decide se arquivam ou encaminham ao Supremo Tribunal Federal (STF) a denúncia de corrupção contra o presidente.

O governo também precisa enfrentar uma arrecadação menor que a prevista. Por isso, na semana passada Temer liberou o aumento da taxa sobre a gasolina, o diesel e o etanol para conter o déficit do setor público deste ano, projetado em 143,1 bilhões de reais, 2,1% do PIB. A maior parte do déficit é do governo central.

A Federação de Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) criticou a medida por meio de uma nota publicada nos principais veículos nacionais intitulada "O que é isso, ministro? mais imposto?".

"Aumentar imposto não vai resolver a crise; pelo contrário, irá agravá-la bem no momento em que a atividade econômica já dá sinais de retomada (...) O aumento recai sobre a sociedade, que já está sufocada, com 14 milhões de desempregados, falta de crédito e sem condições gerais de consumo", diz o texto.

O novo imposto poderia provocar um aumento de 11% a 16,6% do preço dos combustíveis e incrementar entre 0,45% e 0,63% o índice inflacionário de julho a agosto, segundo avaliações diferentes.